

SESSÃO ORDINÁRIA

Eleições 2004. Agravo regimental. Ação cautelar. Fidelidade partidária. Perda do objeto.

Encerrado o mandato eletivo questionado, não mais subsiste o direito a que visa proteger a ação cautelar, no que perde, pois, o seu objeto.

Nesse entendimento, o Tribunal julgou prejudicado o agravo regimental. Unânime.

Agravo Regimental na Ação Cautelar nº 2.624/PI, rel. Min. Fernando Gonçalves, em 3.2.2009.

Agravo regimental. Ação cautelar. Caráter satisfativo. Descabimento.

É incabível ação cautelar em que se pretenda providência de cunho nitidamente satisfativo, o que não se coaduna com a natureza dessa espécie de processo. Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento ao agravo regimental. Unânime.

Agravo Regimental na Ação Cautelar nº 2.990/GO, rel. Min. Arnaldo Versiani, em 18.12.2008.

Agravo regimental. Ação cautelar. Liminar. Efeito suspensivo. TSE. Incompetência.

Não compete ao TSE conceder liminar para dar efeito suspensivo a recurso especial que ainda não tenha sido objeto de juízo de admissibilidade na origem, salvo em casos excepcionais. *In casu*, o segundo colocado no pleito já foi diplomado e empossado, o que demonstra estar ausente a excepcionalidade necessária à concessão de efeito suspensivo a recurso especial cuja admissibilidade ainda se encontra pendente.

Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento ao agravo regimental. Unânime.

Agravo Regimental na Ação Cautelar nº 3.192/MT, rel. Min. Felix Fischer, em 3.2.2009.

Eleições 2008. Agravo regimental. Ação rescisória. Registro de candidato. Tutela antecipada. Inadmissibilidade.

A jurisprudência da Corte é firme no sentido de que a concessão de tutela antecipada, em sede de ação

rescisória na Justiça Eleitoral, somente é admitida em situações teratológicas, reveladoras de dano de impossível reparação, ou ainda em ocasiões que comprometem todo o processo eleitoral.

Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento ao agravo regimental. Unânime.

Agravo Regimental na Ação Rescisória nº 299/BA, rel. Min. Joaquim Barbosa, em 19.12.2008.

Agravo regimental. Agravo de instrumento. Propaganda eleitoral. Extemporaneidade. Caracterização. Fatos. Provas. Reexame. Impossibilidade.

A jurisprudência da Corte entende caracterizar ato de propaganda eleitoral aquele que leva ao conhecimento geral, ainda que de forma dissimulada, a candidatura, mesmo que apenas postulada, a ação política que se pretende desenvolver ou as razões que induzam a concluir que o beneficiário é o mais apto ao exercício de função pública.

Não há como rever as premissas de fato da decisão recorrida em se tratando de recurso especial.

Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento ao agravo regimental. Unânime.

Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 7.780/SE, rel. Min. Marcelo Ribeiro, em 5.2.2009.

Agravo regimental. Agravo de instrumento. Prequestionamento. Ausência. Dissídio jurisprudencial. Descaracterização.

O prequestionamento pressupõe que a matéria veiculada nas razões recursais tenha sido objeto de debate e decisão prévios pelo órgão colegiado regional. Afasta-se alegação de divergência jurisprudencial quando não demonstrada a similitude fática e não realizado o cotejo analítico entre as teses confrontadas. Requer-se, ainda, que os julgados conflitantes tenham sido proferidos por tribunais eleitorais.

Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento ao agravo regimental. Unânime.

O **Informativo TSE**, elaborado pela Assessoria Especial da Presidência, contém resumos não oficiais de decisões do TSE ainda não publicadas e acórdãos já publicados no *Diário da Justiça Eletrônico*. Disponível na página principal do TSE, no **link Publicações**: www.tse.jus.br/internet/midia/informativo.htm

Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 9.351/SP, rel. Min. Marcelo Ribeiro, em 5.2.2009.

Agravo regimental. Agravo de instrumento. Representação. Muro. Pintura. Propaganda irregular. Caracterização. Fatos. Provas. Reexame. Impossibilidade. Multa. Aplicação. Inconstitucionalidade. Descabimento.

Para rever o entendimento da Corte de origem, que assentou – ante as circunstâncias do caso – o prévio conhecimento da propaganda eleitoral irregular, seria necessário o revolvimento do conjunto fático-probatório, o que não é possível em sede de recurso especial, a teor da Súmula-STF nº 279.

Por se tratar de propaganda em bem particular, não se aplica a regra do § 1º do art. 37 da Lei nº 9.504/97, que estabelece a não-incidência de multa ante a retirada de propaganda veiculada especificamente em bem público. Não há falar em inconstitucionalidade do art. 14 da Res.-TSE nº 22.718/2008, uma vez que compete à Justiça Eleitoral regulamentar normas eleitorais por meio de instruções e resoluções (art. 105 da Lei nº 9.504/97).

Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento ao agravo regimental. Unânime.

Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 9.576/SP, rel. Min. Arnaldo Versiani, em 18.12.2008.

Agravo regimental. Agravo regimental. Recurso especial. TCU. Recurso. Efeito suspensivo. Inexistência. Inelegibilidade. Prazo. Suspensão. Liminar. Tutela antecipada. Necessidade. Decisão agravada. Fundamentos inatacados.

O recurso de revisão perante o TCU não possui efeito suspensivo.

Após 24.8.2006, data de alteração do entendimento da Súmula nº 1 deste Tribunal, não se suspende o prazo de inelegibilidade sem a obtenção de provimento liminar ou antecipação de tutela que afaste os efeitos da decisão de rejeição de contas.

A jurisprudência do TSE fixou-se no sentido de não admitir agravo que não infirme especificamente os fundamentos da decisão agravada ou que se limite a reproduzir argumentos já expendidos.

Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento ao agravo regimental. Unânime.

Agravo Regimental no Agravo Regimental no Recurso Especial Eleitoral nº 33.597/PA, rel. Min. Eros Grau, em 3.2.2009.

Agravo regimental. Mandado de segurança. Prova pré-constituída. Necessidade. Recurso. Substituição. Impossibilidade. Instância. Esaurimento. Decisão agravada. Fundamentos inatacados.

No mandado de segurança, exige-se prova pré-constituída capaz de albergar suposto direito líquido e certo, sendo incabível a sua utilização como substitutivo de recurso, ante o necessário esgotamento da instância ordinária (Súmula-STF nº 267).

O agravante deve infirmar todos os fundamentos da decisão agravada, sob pena de não lograr êxito em sua pretensão.

Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento ao agravo regimental. Unânime.

Agravo Regimental no Mandado de Segurança nº 3.941/SP, rel. em substituição Min. Ricardo Lewandowski, em 19.12.2008.

Agravo regimental. Mandado de segurança. Registro de candidato. Ausência. Diplomação. Impossibilidade.

O TSE firmou entendimento no sentido de que candidato sem registro de candidatura não pode ser diplomado e empossado (Consulta nº 1.657).

Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento ao agravo regimental. Unânime.

Agravo Regimental no Mandado de Segurança nº 4.136/MG, rel. Min. Arnaldo Versiani, em 3.2.2009.

Agravo regimental. Reclamação. Descabimento.

Nos termos do art. 15, parágrafo único, inciso V, do RITSE, a reclamação se destina a preservar a competência da Corte ou garantir a autoridade de suas decisões.

Não é cabível reclamação contra ato de membro de TRE que se negue a processar e julgar recursos em face de decisão que corrija erro material e indefira pedido de registro. A materialização de efeitos concretos pelo descumprimento ou má-aplicação de resolução deste Tribunal faculta à parte interessada a interposição de recurso, e não de reclamação, conforme já assentado pela Corte.

Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento ao agravo regimental. Unânime.

Agravo Regimental na Reclamação nº 595/MG, rel. Min. Arnaldo Versiani, em 3.2.2009.

Agravo regimental. Recurso ordinário. Recurso especial. Princípio da fungibilidade. Aplicação. Inelegibilidade. Caracterização. Justiça Eleitoral. Anotação. Trânsito em julgado. Desnecessidade.

É aplicável o princípio da fungibilidade para receber recurso ordinário como se especial fosse, quando houver pedido expresso nesse sentido, cumulado com a indicação dos dispositivos legais violados, bem como da divergência jurisprudencial.

Este Tribunal já assentou que o parlamentar cassado pelo Poder Legislativo correspondente é inelegível, nos termos do art. 1º, I, b, da LC nº 64/90, ainda que tenha eventualmente ajuizado ação desconstitutiva ou mandado de segurança, visando anular o ato do órgão legislativo, sem obtenção de liminar ou tutela antecipada.

A anotação dessa inelegibilidade pela Justiça Eleitoral é automática, em face da comunicação da Câmara Municipal, não dependendo de trânsito em julgado em processo judicial específico que discuta tal pronunciamento, conforme decidido em diversos precedentes desta Corte.

Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento ao agravo regimental. Unânime.

Agravo Regimental no Recurso Especial Eleitoral nº 28.795/RS, rel. Min. Arnaldo Versiani, em 3.2.2009.

Eleições 2008. Agravo regimental. Recurso especial. Registro de candidato. Indeferimento. Magistrado. Ato de ofício. Possibilidade. Princípio do devido processo legal. Violação. Ausência. Inelegibilidade. Caracterização. TCE. Rejeição de contas. Irregularidade insanável. Tutela antecipada. Liminar. Ausência. Fatos. Provas. Reexame. Impossibilidade. Decisão agravada. Fundamentos inatacados.

Consoante já decidido por este Tribunal, os órgãos eleitorais podem conhecer, de ofício, de vício que acarrete o indeferimento do pedido de registro de candidatura.

Não há falar em violação do devido processo legal quando respeitado e deferido o tratamento isonômico às partes na condução do feito.

A declaração de inelegibilidade prevista no art. 1º, I, g, da LC nº 64/90 depende da presença simultânea de três fatores: que a irregularidade seja insanável; que a decisão proferida por órgão competente seja irrecorrível e que a rejeição de contas não tenha sido submetida ao crivo do Poder Judiciário, ou, se for o caso, que não tenha sido suspensa por provimento judicial de natureza liminar ou antecipatória.

O TSE já afirmou que as irregularidades detectadas pela Corte de Contas têm natureza insanável manifesta quando decorrentes de ato de gestão ilegal, ilegítimo e antieconômico, causador de dano ao Erário e que possa configurar improbidade administrativa.

Contrariar decisão de TRE, soberano na análise do contexto fático-probatório, enseja o reexame de fatos e provas, inviável na instância especial, por atrair a incidência da Súmula-STF nº 279.

Não merece prosperar agravo que apenas se utilize de outras palavras para reiterar as razões de recurso especial previamente interposto.

Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento ao agravo regimental. Unânime.

Agravo Regimental no Recurso Especial Eleitoral nº 30.094/SP, rel. Min. Joaquim Barbosa, em 18.12.2008.

Eleições 2008. Agravo regimental. Recurso especial. Registro de candidato. Dissídio jurisprudencial. Ausência. Fatos. Provas. Reexame. Impossibilidade. Decisão agravada. Fundamento inatacado.

Não se conhece de recurso especial interposto com fundamento na alínea b do inciso I do art. 276 do CE quando não é realizado o necessário cotejo analítico entre a tese da decisão tida por paradigma e o entendimento adotado pela decisão impugnada, tampouco comprovada divergência notória.

Conclusão diversa à de TRE que decida pela insanabilidade das irregularidades apontadas, em tese, enseja o reexame de fatos e provas, o que é vedado na instância especial, a teor das súmulas nº 279/STF e nº 7/STJ.

O agravante deve infirmar todos os fundamentos da decisão agravada, sob pena de não lograr êxito em sua pretensão.

Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento ao agravo regimental. Unânime.

Agravo Regimental no Recurso Especial Eleitoral nº 31.325/PR, rel. Min. Félix Fischer, em 3.2.2009.

Eleições 2008. Agravo regimental. Recurso especial. Elegibilidade. Aferição. Registro de candidato. Decisão. Anulação. Impossibilidade. Prequestionamento. Ausência.

As condições de elegibilidade devem ser aferidas no momento do registro de candidatura, ainda que existam processos judiciais sobre questões específicas.

Não se presta o registro de candidatura à anulação de decisão transitada em julgado proferida em outros autos.

São incognoscíveis, em sede de recurso especial, as questões não debatidas no acórdão recorrido, alusivas ao preenchimento das condições de elegibilidade por pré-candidato.

Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento ao agravo regimental. Unânime.

Agravo Regimental no Recurso Especial Eleitoral nº 31.506/MG, rel. Min. Joaquim Barbosa, em 18.12.2008.

Agravo regimental. Recurso especial. Elegibilidade. Aferição. Documento novo. Juntada. Inaptidão. Inelegibilidade. Manutenção. Suspensão de direitos políticos. Efeitos principais da condenação. Manifestação. Desnecessidade. Decisão agravada. Fundamentos inatacados.

A atual jurisprudência desta Corte é no sentido de que as condições de elegibilidade devem ser aferidas no momento do pedido de registro de candidatura.

A juntada de novos documentos pelo candidato, dando conta da obtenção de novo provimento judicial favorável, não se presta a afastar a incidência da inelegibilidade, quer pela impossibilidade de sua apreciação em sede de recurso especial, quer em virtude do entendimento firmado por esta Corte, no sentido de que as causas de inelegibilidade devem ser verificadas no momento do requerimento do registro. Ao contrário do que sustenta o agravante, a suspensão dos direitos políticos em decorrência de condenação criminal transitada em julgado, prevista no art. 15, III, da CF/88, é autoaplicável e constitui efeito automático da sentença penal condenatória, não havendo necessidade de manifestação a respeito de sua incidência na decisão condenatória.

O agravante deve infirmar todos os fundamentos da decisão agravada, sob pena de não lograr êxito em sua pretensão.

Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento ao agravo regimental. Unânime.

Agravo Regimental no Recurso Especial Eleitoral nº 32.677/MS, rel. Min. Marcelo Ribeiro, em 2.2.2009.

Eleições 2008. Agravo regimental. Recurso especial. Registro de candidato. Rejeição de contas. Decisão. Tribunal de Contas. Justiça Eleitoral. Revisão. Incompetência. Irregularidades insanáveis. Inelegibilidade. Fatos. Provas. Reexame. Impossibilidade. Decisão agravada. Fundamentos inatacados.

Não cabe à Justiça Eleitoral analisar o acerto ou desacerto de decisão proferida pelo Tribunal de Contas. A Corte Regional entendeu que a ausência de repasse

das contribuições de servidores e da contribuição patronal ao INSS constitui irregularidade de natureza insanável.

O recurso especial não é via adequada para o reexame do conteúdo fático-probatório dos autos.

O agravante deve infirmar todos os fundamentos da decisão agravada, sob pena de não lograr êxito em sua pretensão.

Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento ao agravo regimental. Unânime.

Agravo Regimental no Recurso Especial Eleitoral nº 32.789/PR, rel. Min. Joaquim Barbosa, em 18.12.2008.

Eleições 2008. Agravos regimentais. Recurso especial. Intempestividade. Registro de candidato. Denegação. Ação anulatória. Câmara Municipal. Decisão. Desconstituição. Inelegibilidade. Prazo. Suspensão. Liminar. Tutela antecipada. Necessidade. Segurança jurídica. Lei. Irretroatividade. Violação. Ausência. Irregularidades insanáveis.

Nos processos de registro de candidatura, é intempestivo o agravo regimental interposto após o prazo de três dias previsto no art. 36, § 8º, do RITSE, contado da publicação da decisão em sessão.

Para fins de contagem do prazo de cinco anos de inelegibilidade, previsto no art. 1º, inciso I, letra g, da LC nº 64/90, deve-se considerá-lo suspenso na hipótese de ter sido ajuizada, antes de 24.8.2006, ação desconstitutiva da decisão que rejeitou as contas, sendo desnecessária a citação válida de litisconsorte passivo ou de qualquer outra parte envolvida no processo para efeito de suspensão. A partir da referida data, a inelegibilidade não está mais suspensa pela simples propositura de ação anulatória, passando a correr o prazo pelo tempo que faltava, salvo se houver provimento liminar oportuno, o qual, por consequência, volta a suspender a contagem do prazo quinquenal. Este Tribunal já consignou que a mutabilidade é própria do entendimento jurisprudencial, o que não implica, por si só, violação a direitos e garantias consagrados pelo ordenamento jurídico.

A obtenção de liminar ou de tutela antecipada após o pedido de registro da candidatura não suspende a inelegibilidade.

A inobservância dos ditames da Lei nº 8.666/93 constitui irregularidade de natureza insanável.

Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento aos agravos regimentais. Unânime.

Agravos Regimentais no Recurso Especial Eleitoral nº 32.937/PB, rel. Min. Joaquim Barbosa, em 18.12.2008.

Eleições 2008. Agravos regimentais. Recursos especiais. Registro de candidato. Rejeição de contas. Direito à educação. Recursos públicos. Aplicação. Inocorrência. Irregularidade insanável. Fatos. Provas. Reexame. Impossibilidade. Decisão agravada. Fundamentos inatacados.

A educação é direito fundamental (CF/88, art. 6º) e se insere no campo dos direitos sociais da quarta geração. Além disso, esse direito está inserido no rol dos chamados princípios constitucionais sensíveis (CF/88, arts. 34, VII, alínea e, 35, III), cujo desrespeito suscita

processo de intervenção na unidade federada que desconsiderou o mandamento constitucional.

A Carta Magna e a legislação atribuem aos municípios o atendimento prioritário à educação infantil e ao ensino fundamental, direito indisponível.

Incide a causa de inelegibilidade prevista no art. 1º, I, g, da LC nº 64/90 quando presentes todas as condições exigidas pelo mencionado dispositivo.

No que se refere às contas de convênio com a União, afirmou o TRE que o TCU é o órgão competente para apreciá-las, as irregularidades são insanáveis, a decisão é irrecorrível e os efeitos desta também não estão suspensos.

Inviável o recurso especial que busca demonstrar ofensa a direito com base em reexame do acervo fático-probatório.

Nega-se provimento a agravo regimental que não infirma os fundamentos da decisão agravada.

Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento ao agravo regimental. Unânime.

Agravos Regimentais nos Recursos Especiais Eleitorais nºs 33.639/RJ e 34.455/RJ, rel. em substituição Min. Ricardo Lewandowski, em 19.12.2008.

Agravos regimentais. Recurso especial. Registro de candidato. Ação de impugnação. Litisconsórcio necessário. Inexistência. Rejeição de contas. Irregularidade insanável. Inelegibilidade. Suspensão. Inocorrência.

Não há litisconsórcio necessário entre o prefeito e o vice na ação de impugnação a registro de candidato. O ajuizamento da ação desconstitutiva e a concessão de liminar após o pedido de registro de candidatura não têm o condão de suspender a inelegibilidade por rejeição de contas.

Não obstante a decisão liminar tenha admitido possível cerceamento de defesa no julgamento da Câmara Municipal, não ficou comprovado nos autos que a propositura da ação desconstitutiva quase dois anos depois tenha se dado por motivos alheios à vontade do agravante.

O não-recolhimento de verbas previdenciárias e o descumprimento da Lei de Licitações configuram irregularidades de natureza insanável, a atrair a incidência da inelegibilidade prevista na alínea g do inciso I do art. 1º da LC nº 64/90.

Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento aos agravos regimentais. Unânime.

Agravos Regimentais no Recurso Especial Eleitoral nº 35.039/BA, rel. Min. Marcelo Ribeiro, em 18.12.2008.

Agravo regimental. Recurso especial. Filiação partidária. Duplicidade. Ausência. Partido político. Justiça Eleitoral. Comunicação.

Não há falar em duplicidade se a comunicação de desfiliação ao partido e à Justiça Eleitoral for feita antes do envio das listas de que trata o art. 19 da Lei nº 9.096/95.

Essa orientação consubstancia aquela que melhor se ajusta ao princípio da autonomia partidária, assegurado pelo art. 17, § 1º, da CF/88.

Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento ao agravo regimental. Unânime.

Agravo Regimental no Recurso Especial Eleitoral nº 35.192/MG, rel. Min. Arnaldo Versiani, em 3.2.2009.

Agravo regimental. RCED. Inépcia da petição inicial.

O recurso contra expedição de diploma proposto pelo agravante não se insere em nenhuma das hipóteses previstas no art. 262 do CE.

Em face das alegações narradas, evidencia-se, na realidade, a inépcia da petição inicial, nos termos do art. 295, parágrafo único, do CPC.

Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento ao agravo regimental. Unânime.

Agravo Regimental no Recurso contra Expedição de Diploma nº 785/GO, rel. Min. Arnaldo Versiani, em 18.12.2008.

Eleição 2008. Agravo regimental. Recurso ordinário. Mandado de segurança. Registro de candidato. Prazo. Recurso. Intimação pessoal. Desnecessidade.

Nos processos de registro de candidatura, cujo processamento célere se dá em conformidade com o que preceitua a LC nº 64/90, não há falar em intimação pessoal da sentença, uma vez respeitado o prazo a que alude o art. 8º, *caput*, do referido diploma legal.

Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento ao agravo regimental. Unânime.

Agravo Regimental no Recurso em Mandado de Segurança nº 604/RS, rel. Min. Fernando Gonçalves, em 5.2.2009.

Embargos de declaração. Agravo regimental. Princípio da fungibilidade. Aplicação. Denúncia. Materialidade. Autoria. Demonstração. Necessidade.

Na linha da jurisprudência do Tribunal, recebem-se como agravo regimental os embargos de declaração opostos contra decisão monocrática.

Para rever o entendimento da Corte de origem – que entendeu presentes os indícios de materialidade e autoria do delito previsto no art. 299 do CE aptos ao recebimento da denúncia –, seria necessário o revolvimento do conjunto fático-probatório, o que não é possível em sede de recurso especial, a teor da Súmula-STF nº 279.

O recebimento da denúncia exige somente a demonstração dos indícios de materialidade e autoria da infração, cabendo apenas posteriormente, com a regular instrução da ação penal, aferir o juízo competente a fragilidade ou não da prova testemunhal eventualmente produzida.

Nesse entendimento, o Tribunal recebeu os embargos de declaração como agravo regimental e negou-lhe provimento. Unânime.

Embargos de Declaração no Agravo de Instrumento nº 9.374/PI, rel. Min. Arnaldo Versiani, em 3.2.2009.

Embargos de declaração. Agravo de instrumento. Princípio da fungibilidade. Aplicação. Efeito suspensivo. Apreciação. Impossibilidade.

É firme a jurisprudência do TSE no sentido de serem recebidos embargos de declaração, opostos contra decisão monocrática, como agravo regimental.

Faz-se necessária, por aplicação expressa do art. 24, III do CE, a prévia manifestação do Ministério Público Eleitoral nos recursos dirigidos a esta Corte.

Nesse entendimento, o Tribunal recebeu os embargos de declaração como agravo regimental e negou-lhe provimento. Unânime.

Embargos de Declaração no Agravo de Instrumento nº 9.498/BA, rel. Min. Joaquim Barbosa, em 18.12.2008.

Embargos de declaração. Agravo regimental. Recurso especial. Registro de candidato. Rejeição de contas. Câmara Municipal. Competência. Inelegibilidade. Constitucionalidade.

Não viola o art. 71 da CF/88 o entendimento de que compete, exclusivamente, ao Poder Legislativo o julgamento das contas anuais prestadas pelo chefe do Poder Executivo, mesmo quando este exerça funções de ordenador de despesas.

Nesse entendimento, o Tribunal rejeitou os embargos de declaração. Unânime.

Embargos de Declaração no Agravo Regimental no Recurso Especial Eleitoral nº 32.958/MA, rel. Min. Marcelo Ribeiro, em 18.12.2008.

Embargos de declaração. Agravo regimental. Recurso especial. Omissão. Ausência. Intempestividade. Ocorrência.

A alegação de que o recurso seria tempestivo porque interposto via Sedex logo no 1º dia útil do prazo recursal não caracteriza justa causa prevista pelo art. 183 do CPC.

A tempestividade do recurso é aferida pelo protocolo posto na petição do recurso entregue na Secretaria do Tribunal.

Cumprido ao advogado da parte diligenciar para que a interposição do recurso ocorra no prazo legal.

Embargos de declaração opostos por parte ilegítima. A pretensão de ingresso na lide, na qualidade de terceira interessada, revela-se inócua diante da intempestividade do recurso interposto pelo embargante.

Nesse entendimento, o Tribunal rejeitou os embargos de declaração de Joscelino Miguel da Silva e não conheceu dos embargos de declaração de Ilma Chrizostomo Siqueira. Unânime.

Embargos de Declaração no Agravo Regimental no Recurso Especial Eleitoral nº 33.455/ES, rel. Min. Eros Grau, em 3.2.2009.

Embargos de declaração. Agravo regimental. Recurso especial. Julgamento. Suspeição. Nulidade. Prejuízo. Ausência.

A nulidade suscitada, decorrente de suspeição do Ministro Fernando Gonçalves, não impede o regular processamento da demanda, haja vista o ministro suspeito não ter sido o relator do processo, tendo participado tão-somente do julgamento do agravo regimental, que, sem mais discussões, foi unanimemente desprovido. O sistema processual é informado pela máxima de que só há nulidade quando

comprovado o real prejuízo, porquanto somente a nulidade que sacrifica os fins de justiça do processo deve ser declarada.

Não há falar em omissão quanto à alegada ausência de impugnação nas eleições de 2004, haja vista que o julgador, para formar seu convencimento, não está obrigado a responder a todas as alegações das partes quando já tenha encontrado motivo suficiente para adotar a decisão, tampouco a se ater a todos os fundamentos que elas indicarem.

Nesse entendimento, o Tribunal rejeitou os embargos de declaração. Unânime.

Embargos de Declaração no Agravo Regimental no Recurso Especial Eleitoral nº 33.818/MG, rel. Min. Felix Fischer, em 3.2.2009.

Embargos de declaração. Agravos regimentais. Recurso especial. Registro de candidato. Rejeição de contas. Câmara Municipal. Competência. Inelegibilidade. Ausência. Inovação. Tema. Impossibilidade.

Para efeito da incidência da inelegibilidade prevista no art. 1º, I, g, da LC nº 64/90, compete exclusivamente ao Poder Legislativo o julgamento das contas de gestão prestadas pelo chefe do Poder Executivo.

Não constando nos autos a decisão do TCE, que rejeitou as contas relativas à aplicação dos recursos do FUNDEF, e não havendo informação acerca da origem dos recursos repassados, se do estado ou da União, não

há como se aferir a competência do Órgão de Contas Estadual para o julgamento definitivo das contas, para efeito da incidência da inelegibilidade por rejeição de contas.

Não cabe a inovação de tese em sede de embargos de declaração.

Nesse entendimento, o Tribunal rejeitou os embargos de declaração. Unânime.

Embargos de Declaração nos Agravos Regimentais no Recurso Especial Eleitoral nº 34.430/PB, rel. Min. Marcelo Ribeiro, em 18.12.2008.

Embargos de declaração. Agravo regimental. Recurso especial. Impugnante. Ônus da prova. Omissão. Inexistência. Matéria. Rediscussão. Impossibilidade.

A jurisprudência deste Tribunal Superior é firme no sentido de que o ônus de provar a inelegibilidade é do impugnante, cabendo a ele instruir a impugnação com cópia das decisões de rejeição de contas.

Os embargos de declaração somente são cabíveis para sanar omissão, contradição ou obscuridade, não se prestando para a rediscussão da causa.

Nesse entendimento, o Tribunal rejeitou os embargos de declaração. Unânime.

Embargos de Declaração no Agravo Regimental no Recurso Especial Eleitoral nº 34.557/PA, rel. Min. Arnaldo Versiani, em 3.2.2009.

SESSÃO ADMINISTRATIVA

Lista tríplice. Regularidade. Encaminhamento.

Observados os pressupostos legais, defere-se o encaminhamento ao Poder Executivo, para fins de nomeação, da lista tríplice contendo os nomes dos Drs. André Luiz Borges Netto, Mansour Elis Karmouche e Paulo Estevão da Cruz e Souza, candidatos ao cargo de juiz efetivo, classe jurista.

Nesse entendimento, o Tribunal determinou o encaminhamento da lista tríplice ao Poder Executivo. Unânime.

Lista Tríplice nº 550/MS, rel. Min. Eros Grau, em 2.2.2009.

Petição. Prestação de contas. PSTU. Exercício 2000. Aprovação. Ressalva.

Uma vez sanadas as irregularidades apontadas, impõe-se a aprovação, com ressalvas, da prestação de contas do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado referente ao exercício financeiro de 2000.

Nesse entendimento, o Tribunal aprovou a prestação de contas, com ressalvas. Unânime.

Petição nº 1.007/SP, rel. Min. Fernando Gonçalves, em 5.2.2009.

Petição. Prestação de contas. PPS. Exercício 2005. Irregularidades.

Uma vez não sanadas as irregularidades apontadas, após diversas oportunidades para fazê-lo, impõe-se a

desaprovação da prestação de contas do Partido Popular Socialista referente ao exercício financeiro de 2005.

Nesse entendimento, o Tribunal desaprovou a prestação de contas. Unânime.

Petição nº 1.856/DF, rel. Min. Fernando Gonçalves, em 5.2.2009.

Processo administrativo. Servidores públicos. Tempo de serviço. Cômputo. Anuênio. Licença-prêmio. Pronunciamento. Anterioridade. Ocorrência.

Indefere-se o pedido, vez que esta Corte já se pronunciou sobre a matéria por meio da Res. nº 20.532/99.

Nesse entendimento, o Tribunal indeferiu o pedido. Unânime.

Processo Administrativo nº 18.927/SC, rel. Min. Eros Grau, em 2.2.2009.

Consulta. Processo administrativo. Recebimento. Possibilidade. Candidatos eleitos. Proclamação. Candidato *sub judice*. Voto nulo. Cômputo.

Consulta formulada por presidente de Tribunal Regional Eleitoral recebida como processo administrativo em razão da necessidade de orientar os diversos tribunais regionais eleitorais e de uniformizar o entendimento sobre a matéria.

A Junta Eleitoral deve proclamar eleito o candidato que obtiver a maioria dos votos válidos, não computados os votos nulos e os em branco. Todavia, não há prejuízo de que nova proclamação seja feita em razão de superveniente deferimento do registro de candidato que se encontrava *sub judice*.

Os votos dados a candidatos cujos registros encontravam-se *sub judice*, tendo sido confirmados como nulos, não se somam, para fins de novas eleições (CE, art. 224), aos votos nulos decorrentes de manifestação apolítica do eleitor.

Nesse entendimento, o Tribunal respondeu, por unanimidade, negativamente à primeira, segunda e quarta questões; afirmativamente à terceira; negativamente à quinta, à qual se aplica, por analogia, o art. 216 do CE; e, afirmativamente à sexta e sétima questões, com votos parcialmente divergentes dos Ministros Joaquim Barbosa e Marcelo Ribeiro.

Processo Administrativo nº 20.159/PI, rel. Min. Eliana Calmon, em 19.12.2008.

PUBLICADOS NO DJE

Agravo Regimental na Ação Rescisória nº 337/RJ

Relator: Ministro Felix Fischer

Ementa: Agravo regimental. Ação rescisória. Decisão de Tribunal Regional Eleitoral. Não-cabimento. Condições de elegibilidade. Impossibilidade. Não-provimento.

1. A ação rescisória somente é cabível no âmbito da Justiça Eleitoral para desconstituir decisão deste c. Tribunal Superior que contenha declaração de inelegibilidade. Não compete a este e. Tribunal, portanto, o conhecimento de ação rescisória contra decisões proferidas pelos tribunais regionais nem contra decisões que versem sobre condição de elegibilidade. Precedentes: AR nº 265, rel. Min. Marcelo Ribeiro, *DJ* de 16.6.2008; AR nº 284, rel. Min. Fernando Gonçalves, *DJ* de 20.10.2008; AR nº 262, da minha relatoria, *DJ* de 6.5.2008.

2. Agravo regimental não provido.

DJE de 2.2.2009.

Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 9.405/MT

Relator: Ministro Felix Fischer

Ementa: Agravo regimental. Agravo de instrumento. Ausência de peça obrigatória. Certidão de intimação da decisão agravada. Não-observância do art. 544, § 1º, do CPC. Cópias. Ausência de comprovante de recolhimento das custas.

1. Nos termos do art. 544, § 1º, do Código de Processo Civil, a cópia da certidão de intimação da decisão agravada deve ser obrigatoriamente apresentada com o agravo de instrumento.

2. É entendimento assente neste c. Tribunal ser dever do advogado fiscalizar a correta formação do agravo de instrumento, sob pena de responder pela sua deficiência. Precedentes: AgR AI nº 9.279/PA, rel. Min. Arnaldo Versiani, *DJE* de 23.9.2008, e AAg nº 6.846/SP, rel. Min. Carlos Ayres Britto, *DJ* de 7.8.2008.

3. Os agravantes não comprovaram o recolhimento das custas correspondentes às cópias das peças que formaram o presente agravo de instrumento, violando, assim, o art. 3º, § 2º, da Res.-TSE nº 21.477/2003, sendo, portanto, deserto o recurso.

4. Agravo regimental desprovido.

DJE de 2.2.2009.

Agravo Regimental no Recurso Especial Eleitoral nº 33.645/BA

Relator: Ministro Arnaldo Versiani

Ementa: Perda. Mandato eletivo. Res.-TSE nº 22.610/2007.

1. Na linha da jurisprudência do Tribunal, recebem-se como agravo regimental os embargos de declaração opostos contra decisão monocrática.

2. O Tribunal Superior Eleitoral, no julgamento da Consulta nº 1.587, reafirmou a constitucionalidade da Res.-TSE nº 22.610/2007, o que foi igualmente assentado pelo Supremo Tribunal Federal nas ações diretas de inconstitucionalidade nºs 3.999 e 4.086.

Embargos recebidos como agravo regimental, a que se nega provimento.

DJE de 2.2.2009.

Embargos de Declaração no Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 8.994/PA

Relator: Ministro Arnaldo Versiani

Ementa: Embargos de declaração. Agravo de instrumento. Abuso do poder econômico. Ação de impugnação de mandato eletivo. Ação de investigação judicial eleitoral. Julgamento conjunto.

1. A Corte Regional Eleitoral reconheceu a prática de abuso do poder econômico, bem como sua potencialidade para alterar o resultado do pleito, decorrente da doação de numerário e combustível para que particulares e taxistas participassem de carreata.

2. Para afastar essa conclusão, seria necessário o reexame do acervo probatório, procedimento que não pode ser realizado na instância especial, conforme o Verbete nº 279 da súmula de jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

3. Os embargos de declaração somente são cabíveis para sanar omissão, contradição e obscuridade, não se prestando para a rediscussão da causa.

Embargos desprovidos.

DJE de 2.2.2009.

2ºs Embargos de Declaração na Representação nº 962/MA

Relator: Ministro Felix Fischer

Ementa: 2ºs embargos de declaração. Efeitos infringentes. Representação. Alegação de omissão.

Coisa julgada. Cerceamento de defesa. Preliminar. Illegitimidade ativa. Rejeição.

A irresignação do recorrente quanto aos fundamentos para a deliberação da Corte relativamente aos pontos tidos por ele como omissos, devidamente examinados no acórdão proferido nos primeiros embargos, não é suficiente para sustentar novos declaratórios.

Os embargos de declaração só podem ter efeitos infringentes se estes resultarem diretamente de omissão ou contradição no julgado, não se prestando a reexaminar o mérito da causa, tampouco a simplesmente forçar o ingresso na instância extraordinária – Precedentes.

Embargos rejeitados.

DJE de 2.2.2009.

Recurso em Habeas Corpus nº 123/MS

Relator: Ministro Marcelo Ribeiro

Ementa: Recurso. *Habeas corpus*. Pedido de anulação. Condenação criminal. Transitada em julgado. Omissão. Denúncia. Ministério Público. Transação penal. Art. 76 da Lei nº 9.099/95. Ausência. Alegação. Benefício. Defesa. Ação penal e revisão criminal. Alegação. Posterioridade. Trânsito em julgado. Sentença. Revisão criminal. Preclusão. Ausência. Elementos. Concessão. Benefício. Recurso desprovido.

1. A irresignação do recorrente – ausência de proposta de transação penal –, somente veiculada após o trânsito em julgado de sentença condenatória e da respectiva revisão criminal, foi alcançada pela preclusão. Além do mais, não demonstrou o recorrente que o paciente faria jus ao benefício, até porque os autos revelam a presença de antecedentes criminais.

2. Correto o acórdão regional ao consignar que “A transação penal de que cogita o art. 76 da Lei nº 9.099/95 é hipótese de conciliação pré-processual, cuja oportunidade fica preclusa com o oferecimento da denúncia ou, pelo menos, com o seu recebimento sem protesto (STF – HC nº 77.216, 1ª Turma. DJ 21.8.98, rel. Min. Sepúlveda Pertence)”.

3. Recurso a que se nega provimento.

DJE de 2.2.2009.

Resolução nº 22.996, de 3.2.2009

Processo Administrativo nº 19.620/MG

Relator: Ministro Eros Grau

Ementa: Processo administrativo. Proposta de alteração da estrutura administrativa. TRE/MG.

Homologam-se as alterações explicitadas na Res.-TRE/MG nº 737/2008, exceto a criação da Assessoria de Cerimonial, por estar em desconformidade com o disposto no inciso III do art. 6º da Res. nº 22.138/2005.

DJE de 6.2.2009.

DESTAQUE

Mandado de Segurança-STF nº 26.603

Relator: Ministro Celso de Mello

Ementa: Mandado de segurança. Questões preliminares rejeitadas. O mandado de segurança como processo documental e a noção de direito líquido e certo. Necessidade de prova pré-constituída. A compreensão do conceito de *autoridade coatora*, para fins mandamentais. Reserva estatutária, direito ao processo e exercício da jurisdição. Inoponibilidade, ao Poder Judiciário, da *reserva de estatuto*, quando instaurado litígio constitucional em torno de atos partidários *interna corporis*. Competência normativa do Tribunal Superior Eleitoral. O instituto da *consulta* no âmbito da Justiça Eleitoral: natureza e efeitos jurídicos. Possibilidade de o Tribunal Superior Eleitoral, em resposta à consulta, nela examinar tese jurídica em face da Constituição da República. Consulta-TSE nº 1.398/DF. Fidelidade partidária. A essencialidade dos partidos políticos no processo de poder. Mandato eletivo. Vínculo partidário e vínculo popular. Infidelidade partidária. Causa geradora do direito de a agremiação partidária prejudicada preservar a vaga obtida pelo sistema proporcional. Hipóteses excepcionais que legitimam o ato de desligamento partidário. Possibilidade, em tais situações, desde que configurada a sua ocorrência, de o parlamentar, no âmbito de procedimento de justificação instaurado perante a Justiça Eleitoral, manter a integridade do mandato legislativo. Necessária observância, no procedimento

de justificação, do princípio do *due process of law* (CF, art. 5º, incisos LIV e LV). Aplicação analógica dos arts. 3º a 7º da Lei Complementar nº 64/90 ao referido procedimento de justificação. Admissibilidade de edição, pelo Tribunal Superior Eleitoral, de resolução que regulamente o procedimento de justificação. Marco inicial da eficácia do pronunciamento desta Suprema Corte na matéria: data em que o Tribunal Superior Eleitoral apreciou a Consulta nº 1.398/DF. Obediência ao postulado da segurança jurídica. A subsistência dos atos administrativos e legislativos praticados pelos parlamentares infielis: consequência da aplicação da teoria da investidura aparente. O papel do Supremo Tribunal Federal no exercício da jurisdição constitucional e a responsabilidade político-jurídica que lhe incumbe no processo de valorização da força normativa da Constituição. O monopólio da *última palavra*, pela Suprema Corte, em matéria de interpretação constitucional. Mandado de segurança indeferido.

Partidos políticos e estado democrático de direito.

– A Constituição da República, ao delinear os mecanismos de atuação do regime democrático e ao proclamar os postulados básicos concernentes às instituições partidárias, consagrou, em seu texto, o próprio estatuto jurídico dos partidos políticos, definindo princípios, que, revestidos de estatura jurídica incontestável, fixam diretrizes normativas e instituem vetores condicionantes da organização e funcionamento das agremiações partidárias. Precedentes.

– A normação constitucional dos partidos políticos – que concorrem para a formação da vontade política do povo – tem por objetivo regular e disciplinar, em seus aspectos gerais, não só o processo de institucionalização desses corpos intermediários, como também assegurar o acesso dos cidadãos ao exercício do poder estatal, na medida em que pertence às agremiações partidárias – e somente a estas – o monopólio das candidaturas aos cargos eletivos.

– A essencialidade dos partidos políticos, no Estado de direito, tanto mais se acentua quando se tem em consideração que representam eles um instrumento decisivo na concretização do princípio democrático e exprimem, na perspectiva do contexto histórico que conduziu à sua formação e institucionalização, um dos meios fundamentais no processo de legitimação do poder estatal, na exata medida em que o povo – fonte de que emana a soberania nacional – tem, nessas agremiações, o veículo necessário ao desempenho das funções de regência política do estado.

As agremiações partidárias, como corpos intermediários que são, posicionando-se entre a sociedade civil e a sociedade política, atuam como canais institucionalizados de expressão dos anseios políticos e das reivindicações sociais dos diversos estratos e correntes de pensamento que se manifestam no seio da comunhão nacional.

A natureza partidária do mandato representativo traduz emanação da norma constitucional que prevê o *sistema proporcional*.

– O mandato representativo não constitui projeção de um direito pessoal titularizado pelo parlamentar eleito, mas representa, ao contrário, expressão que deriva da indispensável vinculação do candidato ao partido político, cuja titularidade sobre as vagas conquistadas no processo eleitoral resulta de *fundamento constitucional autônomo*, identificável tanto no art. 14, § 3º, inciso V (que define a filiação partidária como condição de elegibilidade) quanto no art. 45, *caput* (que consagra o *sistema proporcional*), da Constituição da República.

– O sistema eleitoral proporcional: um modelo mais adequado ao exercício democrático do poder, especialmente porque assegura, às minorias, o direito de representação e viabiliza, às correntes políticas, o exercício do direito de oposição parlamentar. Doutrina.

– A ruptura dos vínculos de caráter partidário e de índole popular, provocada por atos de infidelidade do representante eleito (infidelidade ao partido e infidelidade ao povo), subverte o sentido das instituições, ofende o senso de responsabilidade política, traduz gesto de deslealdade para com as agremiações partidárias de origem, compromete o modelo de representação popular e fraude, de modo acintoso e reprovável, a vontade soberana dos cidadãos eleitores, introduzindo fatores de desestabilização na prática do poder e gerando, como imediato efeito perverso, a deformação da ética de governo, com projeção vulneradora sobre a própria razão de ser e os fins visados pelo sistema eleitoral proporcional, tal como previsto e consagrado pela Constituição da República. A infidelidade partidária como gesto de desrespeito ao postulado democrático.

– A exigência de fidelidade partidária traduz e reflete valor constitucional impregnado de elevada significação político-jurídica, cuja observância, pelos detentores de

mandato legislativo, representa expressão de respeito tanto aos cidadãos que os elegeram (vínculo popular) quanto aos partidos políticos que lhes propiciaram a candidatura (vínculo partidário).

– O ato de infidelidade, seja ao partido político, seja, com maior razão, ao próprio cidadão-eleitor, constitui grave desvio ético-político, além de representar inadmissível ultraje ao princípio democrático e ao exercício legítimo do poder, na medida em que migrações inesperadas, nem sempre motivadas por justas razões, não só surpreendem o próprio corpo eleitoral e as agremiações partidárias de origem – desfalcando-as da representatividade por elas conquistada nas urnas –, mas culminam por gerar um arbitrário desequilíbrio de forças no Parlamento, vindo, até, em clara fraude à vontade popular e em frontal transgressão ao sistema eleitoral proporcional, a asfixiar, em face de súbita redução numérica, o exercício pleno da oposição política.

A prática da infidelidade partidária, cometida por detentores de mandato parlamentar, por implicar violação ao sistema proporcional, mutila o direito das minorias que atuam no âmbito social, privando-as de representatividade nos corpos legislativos, e ofende direitos essenciais – notadamente o direito de oposição – que derivam dos fundamentos que dão suporte legitimador ao próprio Estado democrático de direito, tais como a soberania popular, a cidadania e o pluralismo político (CF, art. 1º, I, II e V).

– A repulsa jurisdicional à infidelidade partidária, além de prestigiar um valor eminentemente constitucional (CF, art. 17, § 1º, *in fine*), (a) preserva a legitimidade do processo eleitoral, (b) faz respeitar a vontade soberana do cidadão, (c) impede a deformação do modelo de representação popular, (d) assegura a finalidade do sistema eleitoral proporcional, (e) valoriza e fortalece as organizações partidárias e (f) confere primazia à fidelidade que o deputado eleito deve observar em relação ao corpo eleitoral e ao próprio partido sob cuja legenda disputou as eleições.

Hipóteses em que se legitima, excepcionalmente, o voluntário desligamento partidário.

– O parlamentar, não obstante faça cessar, por sua própria iniciativa, os vínculos que o uniam ao partido sob cuja legenda foi eleito, tem o direito de preservar o mandato que lhe foi conferido, se e quando ocorrerem situações excepcionais que justifiquem esse voluntário desligamento partidário, como, p. ex., nos casos em que se demonstre “a existência de mudança significativa de orientação programática do partido” ou “em caso de comprovada perseguição política dentro do partido que abandonou” (Min. Cezar Peluso).

A instauração, perante a Justiça Eleitoral, de procedimento de justificação.

– O Tribunal Superior Eleitoral, no exercício da competência normativa que lhe é atribuída pelo ordenamento positivo, pode, validamente, editar resolução destinada a disciplinar o procedimento de justificação, instaurável perante órgão competente da Justiça Eleitoral, em ordem a estruturar, de modo formal, as fases rituais desse mesmo procedimento, valendo-se, para tanto, se assim o entender pertinente, e para colmatar a lacuna normativa existente, da *analogia legis*, mediante aplicação, no que couber, das normas inscritas nos arts. 3º a 7º da Lei Complementar nº 64/90.

– Com esse procedimento de justificação, assegura-se, ao partido político e ao parlamentar que dele se desliga voluntariamente, a possibilidade de demonstrar, com ampla dilação probatória, perante a própria Justiça Eleitoral – e com pleno respeito ao direito de defesa (CF, art. 5º, inciso LV) –, a ocorrência, ou não, de situações excepcionais legitimadoras do desligamento partidário do parlamentar eleito (Consulta-TSE nº 1.398/DF), para que se possa, se e quando for o caso, submeter, ao presidente da Casa Legislativa, o requerimento de preservação da vaga obtida nas eleições proporcionais.

Infidelidade partidária e legitimidade dos atos legislativos praticados pelo parlamentar infiel.

A desfiliação partidária do candidato eleito e a sua filiação a partido diverso daquele sob cuja legenda se elegeu, ocorridas sem justo motivo, assim reconhecido por órgão competente da Justiça Eleitoral, embora configurando atos de transgressão à fidelidade partidária – o que permite, ao partido político prejudicado, preservar a vaga até então ocupada pelo parlamentar infiel –, não geram nem provocam a invalidação dos atos legislativos e administrativos, para cuja formação concorreu, com a integração de sua vontade, esse mesmo parlamentar. Aplicação, ao caso, da teoria da investidura funcional aparente. Doutrina. Precedentes.

Revisão jurisprudencial e segurança jurídica: a indicação de marco temporal definidor do momento inicial de eficácia da nova orientação pretoriana.

– Os precedentes firmados pelo Supremo Tribunal Federal desempenham múltiplas e relevantes funções no sistema jurídico, pois lhes cabe conferir previsibilidade às futuras decisões judiciais nas matérias por eles abrangidas, atribuir estabilidade às relações jurídicas constituídas sob a sua égide e em decorrência deles, gerar certeza quanto à validade dos efeitos decorrentes de atos praticados de acordo com esses mesmos precedentes e preservar, assim, em respeito à ética do Direito, a confiança dos cidadãos nas ações do Estado.

– Os postulados da segurança jurídica e da proteção da confiança, enquanto expressões do Estado democrático de direito, mostram-se impregnados de elevado conteúdo ético, social e jurídico, projetando-se sobre as relações jurídicas, inclusive as de direito público, sempre que se registre alteração substancial de diretrizes hermenêuticas, impondo-se à observância de qualquer dos poderes do Estado e, desse modo, permitindo preservar situações já consolidadas no passado e anteriores aos marcos temporais definidos pelo próprio Tribunal. Doutrina. Precedentes.

– A ruptura de paradigma resultante de substancial revisão de padrões jurisprudenciais, com o reconhecimento do caráter partidário do mandato eletivo proporcional, impõe, em respeito à exigência de segurança jurídica e ao princípio da proteção da confiança dos cidadãos, que se defina o momento a partir do qual terá aplicabilidade a nova diretriz hermenêutica.

– Marco temporal que o Supremo Tribunal Federal definiu na matéria ora em julgamento: data em que o

Tribunal Superior Eleitoral apreciou a Consulta nº 1.398/DF (27.3.2007) e, nela, respondeu, em tese, à indagação que lhe foi submetida.

A força normativa da Constituição e o *monopólio da última palavra*, pelo Supremo Tribunal Federal, em matéria de interpretação constitucional.

– O exercício da jurisdição constitucional, que tem por objetivo preservar a supremacia da Constituição, põe em evidência a dimensão essencialmente política em que se projeta a atividade institucional do Supremo Tribunal Federal, pois, no processo de indagação constitucional, assenta-se a magna prerrogativa de decidir, em última análise, sobre a própria substância do poder.

– No poder de interpretar a Lei Fundamental, reside a prerrogativa extraordinária de (re)formulá-la, eis que a interpretação judicial acha-se compreendida entre os *processos informais de mutação constitucional*, a significar, portanto, que “A Constituição está em elaboração permanente nos Tribunais incumbidos de aplicá-la”. Doutrina. Precedentes.

– A interpretação constitucional derivada das decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal – a quem se atribuiu a função eminente de “guarda da Constituição” (CF, art. 102, *caput*) – assume papel de fundamental importância na organização institucional do Estado brasileiro, a justificar o reconhecimento de que o modelo político-jurídico vigente em nosso país conferiu, à Suprema Corte, a singular prerrogativa de dispor do *monopólio da última palavra* em tema de exegese das normas inscritas no texto da Lei Fundamental.

Decisão: O Tribunal rejeitou, por unanimidade, as preliminares de ilegitimidade ativa e de falta de interesse de agir do impetrante, bem como a de impossibilidade do Poder Judiciário interferir em matéria interna e peculiar à organização dos partidos políticos, sujeita à reserva constitucional de estatuto, e a de impossibilidade jurídica do pedido por se embasar em consulta do Tribunal Superior Eleitoral. Por maioria, rejeitou a preliminar de ausência de liquidez e a de impossibilidade de dilação probatória em sede de mandado de segurança, vencido o Senhor Ministro Eros Grau, que as acolhia para não conhecer do *writ*. Em seguida foi o julgamento suspenso. Falaram: pelo impetrado, o Dr. Fernando Neves da Silva; pelos litisconsortes passivos, Átila Freitas Lira, Djalma Vando Berger e Partido Socialista Brasileiro (PSB), o Dr. José Antônio Figueiredo de Almeida Silva; Leonardo Rosário de Alcântara, Antônio Marcelo Teixeira Sousa, Vicente Ferreira de Arruda Coelho e Vicente Alves de Oliveira, o Dr. Eduardo Ferrão; Partido da República (PR), o Dr. Marcelo Luiz Ávila de Bessa; Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Dr. Itapuã Prestes de Messias; e, pelo Ministério Público Federal o Dr. Antônio Fernando Barros e Silva de Souza, Procurador-Geral da República. Presidência da Senhora Ministra Ellen Gracie. Plenário, 3.10.2007.

Publicado no DJE de 19.12.2008.